

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO
IMPOSTO DE RENDA (PL 1087/25)]
REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Da Deputada Natália Bonavides)**

Requer à Comissão Especial sobre a Alteração da Legislação do Imposto de Renda (PL 1087/25) o convite de especialista para Audiência Pública para debater a proposição.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 58, § 2º, II da Constituição Federal, do inciso III do art. 24 combinado com os 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidadas s para participar da audiência pública os seguintes especialistas e representantes de entidades para a audiência com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e institui a tributação mínima sobre altas rendas:

- Fernanda Cimbra Santiago, Mestre em Direito pela USP. Procuradora da Fazenda Nacional;
- Eliane Barbosa da Conceição, professora do curso de Administração Pública da Unilab-CE. Graduada em Ciências Contábeis pela UFF (1994). Mestra em Administração Geral pelo Ibmecc-RJ (2005). Doutora em Administração de Empresas pela FGV-EAESP (2013);
- Carolina Gonçalves, Coordenadora de Justiça Social e Econômica da Comitê de Oxford para o Alívio da Fome-Brasil (Oxfam-Brasil);
- Andaléssia Lana Borges Câmara, Procuradora da Fazenda Nacional. Coidealizadora e Cofundadora do Movimento Tributos a Elas. Integrante do Grupo Tributação e Gênero (FGV-SP), Tributos a Elas e WIT;
- Luciana Grassano de Gouvêa Melo, professora da UFPE e coordenadora do grupo de pesquisa Fórum Tributação e Justiça;
- Karoline Lins Câmara Marinho de Souza, Professora Associada do Curso de Direito da UFRN. Doutora em Direito Tributário pela UFPE. Mestre em Direito Constitucional da UFRN. Advogada e consultora Jurídica atuante nas áreas de Direito Tributário;
- Elida Graziane Pinto, Professora do Curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo (MPC-SP);
- Carlos Eduardo Xavier, Secretário Estadual de Tributação do Rio Grande do Norte;



- Sérgio Wulff Gobetti, Mestre (2004) e Doutor (2008) em Economia pela Universidade de Brasília, é servidor público do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e realiza estudos nas áreas de Macroeconomia, Política Fiscal, Finanças Públicas, Tributação e Federalismo Fiscal;
- Sergio André Rocha, professor titular de Direito Financeiro e Tributário da Uerj, livre-docente em Direito Tributário pela USP, diretor vice-presidente da ABDF;
- Pablo Georges Cícero Fraga Leurquin, Doutor em Direito pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne e pela Universidade Federal de Minas Gerais, em cotutela. Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Econômico e Desenvolvimento (GPDECO);
- Luíza Nassif Pires, professora do Instituto de Economia da Unicamp e co-diretora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), sediado na Universidade de São Paulo (FEA/USP);
- Pedro Linhares Rossi, Professor Livre-Docente do Instituto de Economia da Unicamp, economista chefe do Global Fund for a New Economy e fundador do Transforma Unicamp;
- Pedro Ferreira de Souza, Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (2016). Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Laura Barbosa de Carvalho, diretora global de Prosperidade Econômica e Climática da Open Society Foundations, Professora Associada Livre Docente do Departamento de Economia da FEA-USP e Senior Fellow do Schwartz Center for Economic Policy Analysis (SCEPA);
- Marcelo Medeiros, Pesquisador Senior na Columbia University, NY. Foi professor- ou pesquisador-visitante em Columbia University, Princeton University, Yale Law School - New Haven, University of California Berkeley, Sophia University Tóquio, CNRS-Cermes3 - Paris, Institute for Human Development - Delhi, no Indira Ghandi Institute - Mumbai, Cambridge University, na UNSAM - Buenos Aires e Universidade de Brasília, além de pesquisador do International Poverty Centre - UNDP, do Ipea e especialista em avaliação de políticas do TCU.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que propõe alterações na legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e institui a tributação mínima sobre altas rendas, representa uma oportunidade estratégica para promover maior equidade no sistema tributário brasileiro. Dada a complexidade e a relevância do tema, é fundamental promover um debate qualificado que contemple diferentes perspectivas técnicas, acadêmicas e institucionais.

Nesse sentido, a realização de audiência pública com especialistas e representantes de entidades com notória atuação na área se mostra



imprescindível. A presença de pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam ao estudo das políticas públicas voltadas à justiça fiscal permitirá a este Parlamento aprofundar a análise sobre os impactos da proposta legislativa no enfrentamento das desigualdades sociais, de renda, de gênero e de raça, temas estruturantes para o desenvolvimento de um sistema tributário mais justo e progressivo.

O diálogo com especialistas que investigam a relação entre tributação e desigualdades permitirá à Comissão compreender, com base em evidências, de que maneira determinadas escolhas legislativas podem contribuir para a correção de distorções históricas, a redução da concentração de renda e a ampliação dos direitos sociais no país.

Dessa forma, o presente requerimento visa garantir a escuta qualificada e plural de vozes comprometidas com a construção de um modelo tributário mais justo, inclusivo e eficiente.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

Deputada Federal **NATÁLIA BONAVIDES**
PT/RN

